

OS FUZILEIROS NAVAIS NO PERÍODO REPUBLICANO (1945 - 2000)

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira*

A partir de 1945, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) passou a apresentar as principais características que ora o marcam como a tropa anfíbia e expedicionária por excelência do Brasil. O incentivo às operações anfíbias, uma doutrina própria e dedicada a este tipo singular de operação, e o alto nível de prontidão delimitaram o objetivo maior dos chefes navais de garantirem à Marinha e ao Brasil uma capacidade estratégica que se refletisse em um elevado grau de apoio à política externa e à diplomacia, contribuindo, como nenhuma outra tropa, para a dissuasão. Este período também firmou bases sólidas na indissociabilidade entre a tropa anfíbia e a Marinha, o que motivou aquisições de navios propensos ao desembarque de tropas e às operações que, com o fim da Guerra Fria e a dinamização dos crimes contra a humanidade testemunhados pelos tristes eventos na Bósnia e Ruanda, passariam a ser o foco principal tanto das organizações de segurança regional quanto mundial.

Três fatores seriam cruciais neste desenvolvimento. O primeiro consiste na visão de futuro que tinham os Comandantes-Gerais do CFN, a começar pelo primeiro do período, Almirante Sylvio de Camargo que, não por acaso, também seria entronizado na história anfíbia do Brasil como seu patrono. Pela brevidade do artigo, destacaremos alguns outros importantes vultos, sem que nos seja possível, contudo, por dever de justiça, olvidarmos dos demais. O segundo fator consiste na necessidade de o Brasil mostrar-se como um *player* global de peso durante a Guerra Fria, face aos problemas observados nos demais países do terceiro mundo (ou não alinhados) em detrimento das famigeradas *proxies wars*. Em terceiro, e talvez o mais importante, está no alinhamento do pensamento anfíbio com o pensamento diplomático. Essa sinergia entre a Fortaleza de São José e

o Itamaraty permitiu aos fuzileiros navais fazerem-se presentes nas missões de paz com tropas e observadores.

O presente artigo tem por objetivo apresentar as grandes evoluções por que passou o CFN no pós Segunda Guerra Mundial, que refletiriam diretamente o maior engajamento econômico e político do Brasil no período, dados tanto suas decisões políticas de mais alto nível quanto o maior grau de globalização da economia brasi-



leira. Está dividido, portanto, em três tópicos, além desta introdução e da conclusão: o primeiro versa sobre as modificações na estrutura organizacional e no acervo de material; o segundo, sobre a evolução da capacidade anfíbia; o terceiro apresenta a introdução dos fuzileiros navais em operações expedicionárias, tanto no âmbito regional quanto mundial, ultrapassando inclusive o que ficaria conhecido como entorno estratégico.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ACERVO DE MATERIAL

Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se natural o Brasil, que havia lutado ao lado dos Aliados, voltar-se politicamente para os Estados Unidos, país que saiu como a superpotência ocidental. O antigo programa de apoio, assinado em 1922 pelo Ministro Veiga Miranda, viria a ser atualizado através do *Military Aid Program* (MAP) em 1952, trazendo não somente diversos materiais específicos para as operações anfíbias ⁽¹⁾, como também abrindo as



Reunião em Praça d'Armas do Quartel Central do CFN em 1943. Vendo-se o CMG Seabra, CF Sylvio de Camargo e CF Serejo
Acervo: CFN



Batedores da Companhia de Polícia formados aguardando o momento em que sua Ex^a o Sr. Presidente da República passaria revista a Tropa que deveria desfilar (7 de setembro de 1955)
Acervo: CFN

portas para a evolução doutrinária, através do envio de diversos oficiais aos EUA para realizarem cursos nas academias.

Sabidamente a Administração Naval os direcionava, quando de seu regresso, para a Escola Naval e o recém-criado Centro de Instrução do CFN. Para compreendermos a importância deste programa para a implementação das Operações Anfíbias na Marinha do Brasil, basta que verifiquemos que as Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG) “Guarapari”, “Camboriú” e “Tambaú” apenas seriam lançadas ao mar em 1978.

A expansão do CFN foi largamente observada na década de 1950, com a saída paulatina de seu ramo operativo da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras para o Campo de Instrução da Ilha do Governador, Ilha das Flores e Guandu do Sapê. A necessidade de se dotar o Batalhão de Engenharia e os Batalhões de Infantaria de maior espaço para estabelecimento e adestramento levou os fuzileiros à Ilha do Governador e a Duque de Caxias, onde ainda hoje se encontra estabelecido o grosso da Força de Fuzileiros da Esquadra⁽²⁾. O MAP tornar-se-ia a mola propulsora da construção do poder de combate do CFN. O Batalhão de Artilharia teria sua força catapultada com o recebimento de oito morteiros 107mm e doze obuseiros 105mm na década de 1960⁽³⁾; o recebimento de viaturas permitiria o estabelecimento de um Batalhão de Transportes e o recebimento de canhões antiaéreos 40 mm também contribuiria para a criação de uma Bateria Antiaérea, precursora do atual Batalhão de Combate Aéreo.

Com efeito, a maior aproximação tática das marinhas amigas, observada desde a FAIBRÁS



Momento de lazer durante a Operação de Paz na República Dominicana
Acervo: CFN



Participação dos fuzileiros navais na Operação de Paz em Santo Domingo (República Dominicana) em 1965
Acervo: CFN

(parte da Força Interamericana de Paz, desdobrada em Santo Domingo em 1965), daria ao CFN grande motivação em seu desenvolvimento de doutrina e material. As Operações VERITAS (depois chamadas CARIBEX) tam-

bém contribuiriam muito para isso. Esses acontecimentos da década de 1960 teriam seus reflexos em 1972, com a passagem de subordinação do Comando-Geral (cargo também acumulado com o de Comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra) ao Comando de Operações Navais. O contato com o *United States Marine Corps* contribuiu para os avanços na natureza da tropa: em 1970 seriam adquiridos trinta caminhões anfíbios; os primeiros blindados chegariam na década de 1970 com a aquisição dos Urutu em 1973, logo em seguida dos M113, em 1974 e, em 1980, o Cascavel, primeiro carro de combate adotado pelo CFN, com canhão de 90mm; 1986 chegariam os carros lagarta anfíbios (CLAnf); em 2007 as Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 PIRANHA IIIC e, em 2023, as *Joint Light Tactical Vehicle* (JLTV), adquiridas para aumentar a mobilidade em missões de paz.

Outro aspecto de grande importância seria a formação autóctone de cursos próprios aos fuzileiros navais, inseridos em sua trajetória formativa de maneira específica, e sem a influência de atores externos à instituição. Um importante aspecto desta expansão estratégica seria o papel dos fuzileiros navais na formação das tripulações e dos pesquisadores da Estação Antártica Comandante Ferraz.

A elevação do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (ComGerCFN) ao posto de Vice-Almirante em 1949 encheu de importância o CFN. Esta nova patente dava ao ComGerCFN um lugar no prédio do Comando da Marinha, mesmo não dando a ele um lugar de prestígio no Conselho Naval, órgão criado em 1856 e que daria origem ao Almirantado. Nada seria mais relevante para esta acurada visão de futuro do que a elevação do Comandante-Geral ao posto de Almirante de Esquadra (Lei nº 6.836 de 27 de outubro de 1980), voltando a ter assento no Almirantado como apenas foi visualizado durante a gestão Rodrigo Pinto Guedes, na chegada da família real ao Brasil.

Outra inovação que surgiu no fim do período abordado foi a cultura dos simpósios, que tratam de observar o novo ambiente operacional e modificar estruturas. O primeiro Simpósio do CFN foi realizado em 2000, seguindo-se outros em 2008, 2015 e 2023.

VOCAÇÃO ANFÍBIA

Sem olvidarmos da importância do então Comandante Protógenes Pereira Guimarães para o desenvolvimento doutrinário do CFN, tampou-



Inauguração do Tabuleiro Anfíbio pelo Vice-Almirante Arnaldo Negreiros Jannuzi
Acervo: CFN

co de todos os outros que se preocuparam com a formação intelectual dos fuzileiros, devemos considerar como o grande salto na história da tropa anfíbia a ativação do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, em 1955, durante a gestão Sylvio de Camargo. A doutrina e formação lá realizadas deram ensejo ao início de uma mentalidade anfíbia e impulsionaram as primeiras operações anfíbias desde a década de 1910: Aragem (1958), Brisa e Corvina (1959) e Arfagem (1960). A primeira operação Dragão teria seu Dia-D em 22 de janeiro de 1964, contando, pela primeira vez desde Caiena, com um massivo suporte logístico por parte de meios navais e aeronavais da Esquadra⁽⁴⁾.

Importante que friseamos a mudança na compreensão das autoridades navais quanto ao papel dos fuzileiros navais após a primeira Dragão: a segunda, em dezembro do mesmo ano, já apresentaria evoluções visíveis, e, a terceira, em São Paulo, é considerada um marco pelo empenho da administração em realizar a operação (participaram do desembarque em São Sebastião o NAeL “Minas Gerais”, Cruzadores Ligeiros “Barroso” e “Tamandaré”, três contratorpedeiros, três navios oceânicos, dois esquadrões de helicópteros e 2.037 fuzileiros navais), tendo sido efetuado, pela primeira vez, o movimento helitransportado. A simbiose dos soldados de mar aos marinheiros de nossa esquadra foi aumentada com o tempo, chegando ao seu ápice com a aquisição de doze carros-lagarta anfíbios em 1986, tendo sido utilizados pela primeira vez em 1987, no litoral de Santa Catarina.

As operações Dragão teriam uma constante evolução, acompanhando a capacidade de desembarque dos navios da Esquadra, bem como o planejamento acurado, realizado pelos oficiais do Corpo da Armada e do CFN. Como a mais complexa das operações militares, hoje a Dragão é considerada uma operação conjunta, que consta no caderno de exercícios conjuntos do Ministério da Defesa, abordando assuntos diversos, que vão desde o uso militar *stricto sensu* até as hodiernas operações multidomínio. Ao todo foram realizadas 35 operações Dragão de 1964 até 2000.

VOCAÇÃO EXPEDICIONÁRIA

Podendo ser considerado o início de sua história como o desdobramento do Terço da Armada da Coroa de Portugal em solo brasileiro no início da segunda quadra do século 17, os fuzileiros navais passaram a compor operações de paz na década de 1960, inaugurando uma fase que passaria a ser um de seus pilares. A manutenção de fuzileiros navais em Santo Domingo de 7 de junho de 1965 a 26 de setembro de 1966 deu à tropa a experiência e a *endurance* necessárias para modificar a mentalidade de forma permanente. Estas mudanças ficaram mais visíveis com a crescente participação do CFN com observadores em missões de paz na África⁽⁵⁾, Ásia e América Latina ao fim da década de 1980 e início da de 1990, sendo seu ponto máximo a atuação no Haiti.

A missão em 1965 permitiu uma atuação mais assertiva em um ambiente hostil, aumentando a capacidade de permanência que deve possuir uma tropa expedicionária. Ao longo dos dezesseis meses em que esteve em solo dominicano, os fuzileiros navais tiveram a oportunidade de, em missão real, estabelecer pontos de bloqueio e controle de viaturas e pontos fortes, confrontar com grupos armados paramilitares, participar de operações aéreas e, o mais relevante, comparar seu adestramento com o de outras tropas, mormente as do próprio Exército Brasileiro, que também participava da missão, e de outros países como Paraguai, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica, constituindo-se em prova incontestada da boa formação do combatente anfíbio do Brasil.

Trinta anos mais tarde, os fuzileiros navais seriam empregados em outra missão de paz, desta vez em Angola, com uma companhia de fuzileiros navais e um pelotão de engenharia⁽⁶⁾. Esta experiência também foi deveras proveitosa



Corte do bolo do Sesquicentenário pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek no Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais
Acervo: CFN



Vice-Almirante Serejo e Capitão de Mar e Guerra Teles Ribeiro cumprimentando o Cardeal Jaime Câmara após celebração da missa do Sesquicentenário
Acervo: CFN

para o aumento das capacidades operacionais das tropas de engenharia e de infantaria, cujo quartel estava em Chitembo, a 100 km da capital Luanda, e a quatro horas de viagem do Quartel-General do Exército Brasileiro. Certamente, o teste da capacidade expedicionária e do bom planejamento logístico foi feito. Uma diferença bastante perceptível em comparação com a ope-

ração na América Central consiste na postura “multidomínio” dos fuzileiros navais, que, além de realizarem as atividades estritamente militares, também deram suporte e apoio logístico a hospitais, além de aulas profissionalizantes de eletricidade, carpintaria, mecânica de automóveis e bombeiro hidráulico (Costa, 2005; p. 65).

Um ponto que se alia diretamente com sua história, a prontidão operativa, capacidade de operar e se desdobrar rapidamente em qualquer lugar onde surjam ameaças aos interesses brasileiros, observou grande evolução neste período, fruto de três principais razões: o advento das grandes operações anfíbias; uma doutrina própria de operações anfíbias; e a evolução constante dos materiais vocacionados a esta operação.

CONCLUSÃO

O pós-Segunda Guerra traria grandes evoluções doutrinárias e de material para o CFN. Tropa que remonta o Terço da Armada de 1621 e a Brigada Real de Marinha de 1797, foi apenas no alvorecer da Guerra Fria que sua estrutura passou a contemplar algo similar ao de hoje, observando-se certamente grande aproximação com a doutrina do United States Marine Corps. A formação dos primeiros oficiais naquelas paragens, bem como os acordos bilaterais firmados entre Brasil e Estados Unidos foram essenciais para esta construção deveras importante.

Também foi neste período que os centros de adestramento e instrução próprios passaram a surgir, livrando a tropa naval da tutela da Força Terrestre, com cursos de forma-



Desfile de meios de fuzileiros navais no Centro de Adestramento de Fuzileiros Navais por ocasião da aula inaugural do CAVANF

Acervo: CFN



Discurso do Exmo. Sr. Ministro da Marinha na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Quartel de Fuzileiros Navais de Brasília
Acervo: CFN

ção de soldados, cabos, sargentos e oficiais. A maior envergadura desta formação se refletiu na construção de arcabouço doutrinário sólido, que se desdobrou, e ora ainda se desdobra, em uma compilação de documentos táticos que também possuem grande valor estratégico, pois abarcam inclusive procedimentos em operações de paz. Esta modalidade de operação de emprego limitado da força, que teve sua alba em 1965, com a participação dos fuzileiros em Santo Domingo, balizou o ingresso da tropa expedicionária por excelência no léxico estratégico nacional, tendo sua atuação se repetido em Angola trinta anos depois.

Além disso, o aumento do número e vulto das operações anfíbias teve um grande recomeço em 1964 com a Operação Dragão, dando aos fuzileiros navais um renascimento anfíbio, e trazendo à superfície sua antiga vocação de três séculos atrás, quando o Terço foi enviado ao Brasil para expulsar os holandeses, e de século e meio, quando da conquista de Cayenne. Esta última, primeira expedição da Brigada Real da Marinha que contou com tropas brasileiras, portuguesas e inglesas, teve seus ecos nas operações VERITAS (hoje UNITAS) e nas que se seguiram, dando aos fuzileiros navais sua característica intrínseca da expedicionariedade e da facilidade em trabalhar com militares de outras nacionalidades.

Por fim, os fuzileiros navais do Brasil sempre se fiaram destas operações combinadas para observarem as melhorias tecnológicas

disponíveis, adaptando sua doutrina aos melhores equipamentos e ao ambiente operacional determinado pelos interesses brasileiros. Esta prontidão exigiu um largo processo de definições de eixos de adestramento e observações que dariam vida ao primeiro simpósio do CFN, atividade que daria impulso aos militares num mundo longe da bipolaridade e com maior participação das tropas pelo mundo, o que se observou durante as missões de paz com tropas desdobradas, as diversas operações de desminagem e de observadores militares. O CFN entraria no terceiro milênio, portanto, preparado para os novos desafios. ■

NOTAS

(1) Dentre as capacidades adquiridas pelo MAP, citemos a aquisição de navios de transporte de tropas (Custódio de Mello, Barroso Pereira, Ary Parreiras e Soares Dutra) e de embarcações de desembarque. Estas últimas foram subordinadas diretamente à Companhia Escola (outrora funcionando na Fortaleza de São José) e ao Centro de Instrução do CFN (CICFN), ajudando na formação da primeira geração de fuzileiros navais, desde a década de 1860, a ser formada efetivamente visando ao desembarque (Costa, 2005; p. 24).

(2) Criada pelo Decreto n° 40.862, de 6 de fevereiro de 1957, era composta pelo 1º Núcleo da Divisão Anfíbia, Tropa de Reforço e Comando e Serviços.

(3) Quatro 155mm chegariam em 1978.

(4) Consta como meios navais a utilização do NAEI “Minas Gerais”; navios de apoio de fogo naval, doze embarcações de desembarque de veículo e pessoal e quatro embarcações de desembarque de veículo e material (Costa, 2005; p. 28). As aeronaves e o NAEI precisaram se ausentar antes do início efetivo do desembarque, dadas as condições climatológicas impeditivas para o lançamento de aeronaves.

(5) De acordo com Costa 2005; p. 53), “os fuzileiros navais estiveram em Angola (UNAVEM) de 1989 a 1998, Nicarágua/Honduras (ONUCA) de 1990 a 1992, El Salvador (ONUSAL) em 1992, Moçambique (ONUMOZ) de 1992 a 1995, Uganda/Ruanda (UNUMUR) em 1993, Honduras/Costa Rica/Nicarágua (MARMINCA) de 1994 até a presente data [2005], Iugoslávia (UMPRED) em 1996, Iugoslávia (UNTAES) em 1996, Peru/Equador (MOMEPE) de 1996 a 1999, Angola (MONUA) em 1998 e 1999, e Timor Leste (UNAMET) de 1999 até a presente data [2005]”:

(6) Esta configuração seria, portanto, o início da atual formação de grupamento operativo, coincidentemente de acordo com o atual manual da *Quick Reaction Force* das Nações Unidas.

* Capitão de Corveta (FN), Encarregado do Museu do CFN